

Anty

006/89



Ives Gandra da Silva Martins

OS SENHORES FEUDAIS DO BRASIL

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico da
Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie.

O brasileiro é o maior produtor de tributos do mundo civilizado. Trabalha, inicialmente, para sustentar uma Federação, que é a mais onerosa Federação conhecida no concerto político mundial. Todas as Federações sustentam duas ordens políticas de poder. A do poder central e a dos Estados ou Províncias, que a compõem. Nenhuma Federação conhece a terceira ordem formada pelos municípios que, na Federação, são parte dos Estados ou das Províncias. Os espaços geográficos provinciais ou estaduais, com poder político, abrem mão de sua soberania, como ocorre nas Confederações, para reduzir seus poderes à singela autonomia subordinada a um governo central.

Por essa razão, todos os estudiosos sabem que as Federações são as mais dispendiosas formas de Estado, por suportar duas ordens de poder político com os ônus que tal manutenção acarreta à Nação, peso, todavia, compensado pela desconcentração administrativa e financeira e, principalmente, pela adoção aberta de uma economia de mercado.

Apesar de a Federação ser mais onerosa para o cidadão que o Estado Unitário, nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Canadá, Suíça, Áustria e Austrália, o cidadão não a sente, visto que são países em que o tamanho do governo, à luz do tamanho da sociedade, é pequeno e a verdadeira força do país encontra-se na livre iniciativa capaz de produzir riquezas, empregos, desenvolvimento maiores e tributos menores do que em nossa terra.

Ives Gandra da Silva Martins

O Brasil, todavia, sobre adotar a forma mais custosa de Estado que é a Federação, inovou ofertando aos municípios "status" de ente federado com o que a tríplice ordem de poder político exige um esforço maior dos contribuintes para sustentá-la. E, curiosamente, os Municípios, que estão dentro dos espaços geográficos dos Estados, passam a formar parte ativa da Federação, com autonomia que nenhum país de regime jurídico idêntico adota.

Ora, se a Federação brasileira é a mais onerosa das conhecidas no mundo ocidental, obrigando um esforço hercúleo dos reais produtores de riquezas (empregados e empregadores) para sustentá-la, tem a diferenciar ainda uma "contribuição de pioria" que é não ter adotado o país economia de mercado, mas uma economia burocrática, em que o socialismo adotado não é ideológico, mas de preservação de privilégios dos governantes, como lutavam para preservá-los os senhores feudais da Idade Média.

Tal mentalidade inviabiliza o crescimento do país, como se tem percebido por sua sofrível "performance" na década de 80. Tal mentalidade, por outro lado, faz do Brasil uma Federação formal e um real Estado Unitário Tripartido em que os prefeitos, os governadores e o presidente são os monarcas absolutos do século XX em sua esfera de poder conquistado e mantido à custa dos cidadãos.

Por esta razão, é que sempre que o governo erra, o povo é culpado. Sempre que o governo ~~pode sacrificar~~, sem consultar a sociedade, apenas da sociedade exige sacrifícios. Sempre que a sociedade, malgrado o próprio Governo, é bem sucedida, cabe ao Governo assumir os louros da vitória pela sociedade obtidos.

Em outras palavras, quando o governo fracassa o fracasso é do povo. Quando o povo acerta o acerto é do governo.

Tais considerações faço a respeito das declarações deste honrado homem que é o ministro Máilson da Nóbrega, que, todavia, em uma manifestação inexplicável, declarou que o "deficit" público de janeiro foi muito menor que o pre-

Ives Gandra da Silva Martins

visto antes do Plano Verão.

Esqueceu S.Excia. de declarar que no mês de dezembro emitiu moeda tresloucadamente ao ponto de estar garantido em janeiro, pelas reservas de dinheiro emitido por suas máquinas da Casa da Moeda. Esqueceu S.Excia. de dizer que o governo federal confiscou da sociedade brasileira 10 bilhões de dólares através das mágicas criadas para o governo pagar com deflator e receber sem deflator, alterar os índices oficiais, assim como descumprir sua promessa para com os poupadores de remunerá-los com 0,5% sobre a inflação, remunerando-os abaixo dessa. Esqueceu S. Excia. de dizer que nada foi feito de real para reduzir os desperdícios do governo, razão pela qual o próprio "colchão", confiscado da sociedade com a política de juros altos e tabelamento e congelamento, terminará por ser consumido e que, a médio prazo, o governo, se não ofertar a cota de sacrifício que sempre prometeu e nunca cumpriu, terá sido o principal culpado do fracasso do Plano Verão, como já o foi nos planos anteriores. Esqueceu S.Excia. de dizer que o povo após três congelamentos fracassados dos três planos cruzados (I, II e Bresser) já hoje confia menos nas garantias do governo e prefere tragicamente investir nos ativos não produtivos do ouro e dólar, cujas infortáveis cotações desvendam a verdade de que, em termos de credibilidade, "O rei está nú".

Esqueceu, finalmente, S. Excia. de dizer que se não descongelar já, deixando de pisar fundo no acelerador dos juros elevados e no breque do controle dos preços, poderá provocar a capotagem do carro, com o maior desabastecimento da história do Brasil, sobre ter que corrigir em breve a cotação do dólar para que não caia verticalmente o potencial exportador do país.

Já muito falei sobre a inconstitucionalidade do plano verão, que agride, fere, mutila, estupra, violenta os artigos 174 e 5º incisos X e XXXVI da Constituição Federal, posto que este governo, que tem colecionado derrotas no Judiciário, nunca se notabilizou por respeitar a lei maior. Não vale a pena voltar ao assunto. O que, todavia, preocupa é que o desrespeito à lei nem o consolo traz de que os resultados positivos compensariam a violação legal. É que os resultados manipulados, que mostram uma inflação zero em Fevereiro, comprimem uma inflação explosiva para meados do ano, se o governo, um mês após o plano verão,

Ives Gandra da Silva Martins

não tomar as elementares medidas que deveria ter tomado desde o início do plano: 1) audaciosa austeridade fiscal e monetária; 2) desindexação total da Economia; 3) juros altos; 4) liberdade de preços, que seriam baixos em uma economia dramaticamente recessiva.

A falta de austeridade fiscal, a volta da indexação e a manutenção do congelamento e tabelamento com os mais desnivelados preços relativos de nossa história, à evidência, levarão o país a uma nova explosão inflacionária no momento mais agudo da campanha eleitoral, auxiliando os candidatos da oposição a defenderem o voto de protesto ^{contra} ~~sobre~~ o voto de convicção. Que os senhores feudais brasileiros, que transformaram o povo em escravos da gleba do século XX, meditem no que estão dizendo e fazendo, para que não se diga que a única lei que o governo obedece e pratica, é a de Murphy, embora o saudoso Gudin declarasse que, para o Brasil, Murphy é um otimista.